



Ofício Circular nº 270/2019-DA/CJRM

Belém do Pará, 28 de novembro de 2019

Assunto: Comunicado e Informe

Referência: Expediente protocolizado sob o nº 2019.6.009171-3

Senhor (a) Magistrado (a)

Cumprimentando-o (a), apresento a Vossa Senhoria o expediente anexo, da lavra do Magistrado *Álvaro José Norat Vasconcelos, Juiz de Direito da 12ª Vara Cível e Empresarial da Capital*, para conhecimento e demais fins de direito.

Atenciosamente,

*Desª Maria de Nazaré Saavedra Guimarães*  
Corregedora de Justiça da Região Metropolitana de Belém

Destinatário: Unidades Judiciais da RMB

(chm)

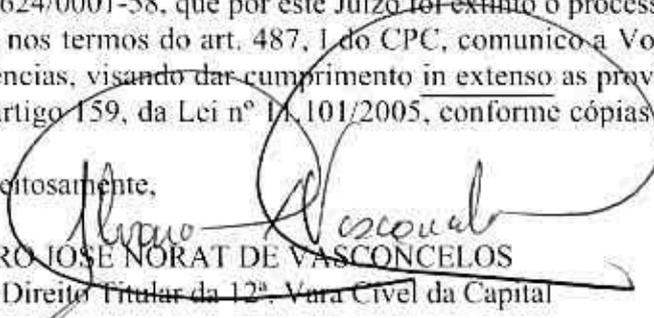


OF. Nº00147/2019. Belém/PA, 30 de setembro de 2019.

Senhor(a) Corregedora (a).

Pelo presente, visando instruir o Processo nº 0048089-54.2000.814.0301 – Autos de FALÊNCIA, que figura como autor SIDERÚRGICA AÇONORTE S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.807.923/0001-03 e requerido TRADEBRÁS COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.968.624/0001-58, que por este Juízo foi extinto o processo supracitado, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I do CPC, comunico a Vossa Excelência, para as devidas providências, visando dar cumprimento in extenso as providências elencadas no parágrafo 4º, do artigo 159, da Lei nº 11.101/2005, conforme cópias em anexo.

Respeitosamente,

  
ÁLVARO JOSÉ NORAT DE VASCONCELOS  
Juiz de Direito Titular da 12ª Vara Cível da Capital

Exma. Sra.  
Des. MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES.  
Desembargadora e Corregedora Geral de Justiça da Capital.  
NESTA.

PODER JUDICIARIO  
TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO PARA  
PROTOCOLO

NO. PROTOCOLO: 2019.6.009171-3

DATA: 07/11/2019 15:54:43

CLASSE: COMUNICADO

DESTINO: DIVISAO ADMINISTRATIVA





Vistos etc.

Cuidam os autos de Ação Falência movida em desfavor de TRADEBRAS COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA., cujo pedido foi intentado em 09/09/1980.

Às fls. 48 sobreveio a sentença decretando a falência da Empresa Requerida, datada de 21/10/1980.

Em agosto do ano 2000, os autos foram redistribuídos a esse juízo. Após várias diligências no sentido de se localizar bens da falida, sem êxito, o Órgão ministerial manifestou-se às fls.397/405 pelo encerramento da falência.

É O RELATÓRIO.  
DECIDO

Como se sabe, o processo de falência tem duas fases bem distintas. A primeira constitui processo de conhecimento, em que se estabelece o contraditório, tendo início com o ajuizamento do requerimento de falência e término com o trânsito em julgado da decisão que decreta a falência. A segunda é a fase administrativa ou da execução, em que os bens do falido são arrecadados e alienados para o pagamento dos credores.

O Decreto-Lei 7661/45 em seu artigo 132, §1º, expõe:

Art. 132. Apresentado o relatório final, deverá o juiz encerrar, por sentença, o processo da falência.

§1º Salvo caso de força maior, devidamente provado, o processo da falência deverá estar encerrado dois anos depois do dia da declaração.

As lições de Amador Paes de Almeida, em sua obra: Curso de Falência e Concordata, explica o artigo acima:

Força maior, como sabemos, é todo acontecimento inevitável e imprevisível, não estando na possibilidade do homem obviar nem resistir, na acurada observação de Ferreira Borges.

A falência, portanto, em conformidade com o disposto transcrito, deve ser encerrada no prazo de dois anos, a contar da data da declaração da quebra.



(...)

A sentença de encerramento da falência é sumamente importante, sobretudo para o falido, pois que, dando início à contagem do prazo para a prescrição, possibilita-lhe a necessária recuperação para o exercício do comércio.

Prolatada a sentença de encerramento da falência, com a sua publicação por edital, poderão os interessados interpor o recurso de apelação.

Ressaltando esta hipótese Rubens Requião, expõe:

Três hipóteses podem se apresentar em face da liquidação: ou o ativo apurado basta para o pagamento do passivo, ou o ativo é inferior e, portanto, insuficiente para o pagamento do passivo, ou, ainda, é superior ao passivo.

No caso em exame depreende-se o insucesso da existência de bens da Falida, a fim de garantir o pagamento dos créditos habilitados.

Assim sendo, demonstrada a liquidação do patrimônio da massa falida, devem-se iniciar os procedimentos para o encerramento do processo falimentar, conforme artigos 131 e 132 da lei em comento:

Art. 131. Terminada a liquidação e julgadas as contas do síndico (artigo 69), este, dentro de vinte dias, apresentará relatório final da falência, indicando o valor do ativo e o do produto da sua realização, o valor do passivo dos pagamentos feitos aos credores, e demonstrará as responsabilidades com que continuará o falido, declarando cada uma delas de per si.

(...)

Art. 132. Apresentado o relatório final, deverá o juiz encerrar, por sentenças, o processo da falência.

Em suma, a função da falência é reunir os bens do devedor para o pagamento dos credores; portanto, não há como dar prosseguimento ao processo, uma vez que esta finalidade se encontra frustrada, impossibilitada pela ausência de bens a serem arrecadados, devendo a presente ação de falência e os débitos restantes serem encerrados, pelos motivos expostos.



Além disso, cumpre dizer que a cobrança dos créditos tributários é processada no Juízo das Execuções Fiscais não havendo óbice a extinção deste procedimento.

Encerro dispensando a necessidade de apresentação de relatório final pelo síndico, por estar demonstrada a inexistência de bens.

Ante o exposto, acolho o parecer do Ministério Público e DETERMINO O ENCERRAMENTO DA FALÊNCIA, DECLARANDO EXTINTAS AS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA FALIDA, nos moldes dos art. 154 e ss da Lei 11.101/2005.

Determino a publicação de edital em órgão oficial, no prazo de 30 dias, declarando a extinção das obrigações da falida.

Cumram-se as providências elencadas no art. 4º, do art.159 da Lei supramencionada.

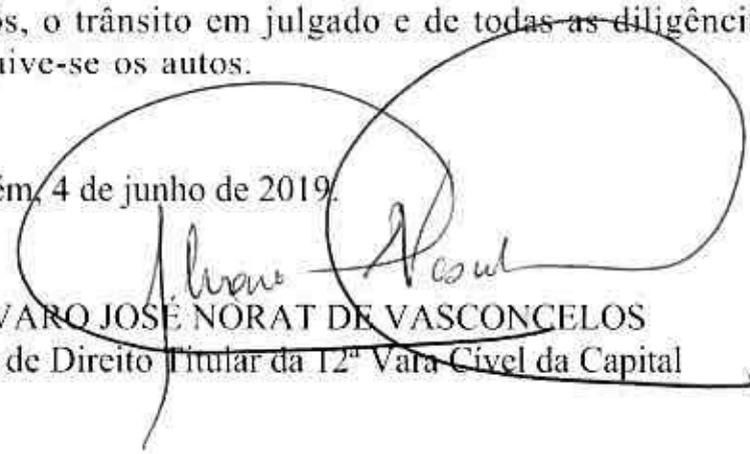
Dê-se ciência ao Ministério Público.

Assim, extingo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC.

Publique-se, registre-se, intímese e cumpra-se.

Após, o trânsito em julgado e de todas as diligências a serem cumpridas, archive-se os autos.

Belém, 4 de junho de 2019.

  
ÁLVARO JOSÉ NORAT DE VASCONCELOS  
Juiz de Direito Titular da 12ª Vara Cível da Capital



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM**

**PROTOCOLO Nº 2019.6.009171-3**

Em atenção aos termos do art. 159, parágrafo 4º da Lei nº 11.101/2005, expeça-se ofício circular para conhecimento a quem de direito acerca dos termos da sentença proferida pelo Juízo da 12ª Vara Cível e Empresarial de Belém, precisamente a respeito da extinção das obrigações declaradas em favor da empresa TRADEBRAS COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.

Belém, 19 de Novembro de 2019

  
Desa. **MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES**  
Corregedora de Justiça da Região Metropolitana de Belém